cg
01 | 2023'abril
Publicação periódica
Conselho Geral
UNIVERSIDADE
DE ÉVORA
Diretor:
João Carrega
Subdiretor:
José Aranda da Silva

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência Presidente da República

Évora realiza Encontro Nacional de Conselhos Gerais

Novos desafios do sistema de saúde e da formação dos seus profissionais 9

Inteligência artificial Ética na administração pública 11

Transferência de tecnologia e conhecimento: o novo pilar das Universidades empreendedoras 14

cg:

CG é a Newsletter institucional do Conselho Geral da Universidade de Évora, assumindo-se como uma revista que tem como objetivo, de forma clara e rigorosa, informar a comunidade académica das atividades e deliberações do Conselho Geral. É também um espaço aberto à opinião, através de artigos elaborados pelos seus membros. A sua periodicidade depende da realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do órgão.

sumário

Editorial | 3

Encontro Nacional de Conselhos Gerais | 4

Conselho Geral faz reunião descentralizada no PACT | 6

Conselho Geral no debate do RJIES | 7

Estados Gerais da Saúde em Évora | 8

Novos desafios dos sistemas de saúde e da formação dos seus profissionais | 9

Inteligência artificial: Ética na administração pública | 11

Transferência de tecnologia e de conhecimento:
O novo pilar das universidades empreendedoras | 14

Deliberações | 18

Estatuto editorial | 19

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
Conselho Geral

editorial

João Carrega
Presidente do Conselho Geral
da Universidade de Évora

Comunicar com rigor e transparência

Este é o primeiro número da CG, a Newsletter institucional do Conselho Geral da Universidade de Évora. Uma revista digital, que pontualmente poderá ganhar o estatuto de revista impressa, e que pretende ligar o órgão à comunidade académica e à sociedade.

De uma forma rigorosa procuraremos apresentar as atividades desenvolvidas pelo Conselho Geral e divulgar as deliberações tomadas nas suas reuniões. A sua publicação constitui também uma forma de transparência do funcionamento do órgão, algo que para os membros é tido como muito importante. Uma transparência que, de resto, é visível na página de internet do Conselho Geral onde, após o início deste mandato, passámos a divulgar, em tempo útil, todas as deliberações tomadas em cada reunião.

O Conselho Geral, órgão superior da academia, não é apenas aquele que elege o Reitor. É responsável pela aprovação das alterações dos estatutos, mas também do orçamento; contas consolidadas; planos estratégicos e de ação; e das linhas gerais de orientação da Universidade nos planos científico, pedagógico, financeiro e patrimonial. Cabe ainda ao Conselho Geral criar, transformar ou extinguir unidades orgânicas; fixar as propinas devidas pelos estudantes; propor ou autorizar, conforme disposto na lei, a aquisição ou alienação de património imobiliário da Universidade, bem como as operações de crédito; designar os Provedores do Estudante e do Trabalhador não Docente e não Investigador; e pronunciar-se sobre os restantes assuntos que lhe forem apresentados pelo reitor.

Entendemos, que além daquelas funções, definidas nos Estatutos da Universidade, o Conselho Geral deve ser promotor do diálogo, relacionando-se com a academia de uma forma aberta, promovendo a reflexão e o debate. A publicação desta Newsletter surge, assim, inserida numa estratégia mais ampla, apresentada no início deste mandato, que além de informar e de aproximar o Conselho Geral da comunidade, pretende promover o debate de ideias e a reflexão sobre diferentes temas, através de artigos de opinião da autoria dos seus membros.

É neste quadro de transparência e debate de ideias que, num momento em que se debatem as alterações ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, organizaremos o Encontro Nacional de Presidentes, Vice-Presidentes e Membros dos Conselhos Gerais das Universidades públicas portuguesas. Um evento que decorrerá no próximo dia 12 de maio, no Colégio do Espírito Santo, em Évora. Com a sua concretização, este Conselho Geral dá um contributo importante para a discussão do ensino superior no país, envolvendo todas as universidades, governantes e diferentes atores do sistema. O convite à comunidade e à sociedade civil fica feito para que, em conjunto, possamos dar os nossos contributos para o desenvolvimento do ensino superior no nosso país.

A todos votos de boas leituras.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ENCONTRO NACIONAL

DE PRESIDENTES, VICE-PRESIDENTES E MEMBROS DOS CONSELHOS GERAIS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PORTUGUESAS

12 maio . 2023 Colégio do Espírito Santo . Évora

SESSÃO DE ABERTURA | AUDITÓRIO DO COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO

09h00 | Receção aos participantes

09h30 | *Momento musical* | Gonçalo Pescada & Quinteto Sull'a Corda | Escola de Artes da UÉ

09h45 | Intervenção do Presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora, João Carrega

10h00 | Intervenção da Reitora da Universidade de Évora, Hermínia Vasconcelos Vilar

10h15 | Intervenção da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato (tbc)

CONFERÊNCIA INAUGURAL

10h45 | **PAINEL 1**
"ENSINO SUPERIOR - QUE MUDANÇAS PARA O FUTURO"
Maria da Graça Carvalho, Conselheira da Universidade de Évora, Deputada no Parlamento Europeu e Ex-Ministra do Ensino Superior
Alberto Amaral, Presidente da Comissão de Acompanhamento à Revisão do RJIES
Hermínia Vasconcelos Vilar, Reitora da Universidade de Évora
Moderação: José Aranda da Silva, Vice-Presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora

11h45 | *Coffee Break*

12h00 | **PAINEL 2**
"ACESSO AO ENSINO SUPERIOR - MAIS EQUIDADE E LIBERDADE"
Eduardo Marçal Grilo, Ministro da Educação no XIII Governo Constitucional e ex-presidente do Conselho Geral da Universidade de Aveiro
Joaquim Mourato, Diretor-Geral do Ensino Superior
João Guerreiro, Presidente da A3ES
Moderação: Jaime Serra, Conselheiro da Universidade de Évora

Intervenção de Pedro Teixeira, Secretário de Estado do Ensino Superior

13h30 | Almoço

REUNIÃO PRIVADA | SALA DOS DOCENTES

15h00 | Presidentes, Vice-Presidentes e membros dos Conselhos Gerais das Universidades Portuguesas - encontro restrito aos representantes dos Conselhos Gerais.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO | SALA DOS DOCENTES

17h30 | Reitora da Universidade de Évora, Hermínia Vasconcelos Vilar
Presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora, João Carrega

Grupo de Cante "Cantares de Évora"

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência
O Presidente da República

RÁDIO OFICIAL ANTENA 1

Encontro Nacional de Conselhos Gerais das universidades portuguesas decorre em Évora

O Conselho Geral da Universidade de Évora realiza, no próximo dia 12 de maio, o "Encontro Nacional de Presidentes, Vice-Presidentes e membros de Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas". A iniciativa, tem o Alto Patrocínio de sua Excelência Presidente da República, reunirá, no Colégio do Espírito Santo da Universidade de Évora, membros dos conselhos gerais de todas as universidades públicas e pretende debater temas estruturantes do ensino superior universitário do nosso país.

A realização deste Encontro surge da necessidade de se refletir sobre o ensino superior universitário no nosso país, quais as ameaças, oportunidades e desafios.

A concretização do Encontro Nacional na Universidade de Évora, instituição que em 2023 assinala 50 anos desde a data da sua refundação e 464 anos da sua fundação pelo Cardeal D. Henrique, será também um momento marcante para a vida da universidade, que deste modo, com todos, quer dar o seu contributo para um ensino superior de qualidade.

No final do Encontro deverá sair uma declaração, - Declaração de Évora -, com as principais conclusões do Encontro, a qual será enviada ao Primeiro Ministro, à Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao Presidente da República, à Assembleia da República e à Comunicação Social.

A Antena 1 é a rádio oficial do Encontro.

Comissão Organizadora:
João Carrega – Presidente do Conselho Geral
José Aranda da Silva – Vice-Presidente do Conselho Geral
Maria da Graça Carvalho – Conselheira da Universidade de Évora
Jaime Serra – Conselheiro da Universidade de Évora
Maria da Graça Janeiro Machado – Conselheira da Universidade de Évora

Secretariado:
Dulce Lagartixo

Conselho Geral faz reunião descentralizada no PACT

Fotos | PACT

O Conselho Geral da Universidade de Évora realizou, no passado dia 15 de março, a sua primeira reunião ordinária de 2023, no PACT - Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia. Esta segunda reunião descentralizada que o Conselho promoveu (já tinha realizado uma na Biblioteca Jorge Araújo, no Edifício dos Leões, na Escola de Artes) permitiu aos conselheiros conhecerem aquela estrutura.

A reunião contou com a presença de Soumodip Sarkar, presidente executivo do PACT, que fez um retrato da instituição que dirige, apresentando os resultados obtidos até ao momento e os objetivos futuros. A realização da reunião no PACT partiu de um pedido do Conselho Geral, uma vez que o órgão teve que se pronunciar sobre a entrada de um novo acionista no capital social do Parque, no qual a Universidade de Évora é acionista maioritária. Na sequência da apresentação e dos esclarecimentos prestados, o Conselho Geral aprovou, por unanimidade, a entrada de um novo acionista.

Os membros do Conselho Geral tiveram ainda oportunidade de visitar aquela infraestrutura.

Conselho Geral no debate sobre RJIES

O Conselho Geral da Universidade de Évora esteve representado, através do seu presidente, João Carrega, na conferência promovida pela Comissão Independente para a Avaliação da Aplicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, que se realizou, no passado dia 30 de março, na Sala dos Docentes do Colégio do Espírito Santo.

A iniciativa debateu temas relacionados com a estrutura do sistema de ensino superior e a evolução demográfica. Contou com a intervenção de vários especialistas nacionais e internacionais, bem como da reitora da Universidade de Évora, Hermínia Vilar, e do Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Teixeira.

A sessão foi encerrada pela ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, que sublinhou o esforço que tem existido "para desenvolver mais as regiões do interior, não só em termos de vias de acesso, mas também em termos da sua capacitação, das suas instalações e dos seus equipamentos".

Fotos | Divisão de Comunicação

Conselho Geral com a UÉ em feiras nacionais

O Conselho Geral da Universidade de Évora através do seu presidente, João Carrega, esteve presente nas feiras nacionais "Portugal Air Summit", que decorreu em Ponte de Sor, em outubro de 2022; Qualifica (realizada na Exponor, em Matosinhos, de 1 a 4 de março de 2023) e Futurália (promovida de 22 a 25 de março de 2023, na FIL, em Lisboa).

No Portugal Air Summit, o maior evento aeronáutico da Península Ibérica, João Carrega visitou o stand acompanhado do vice-reitor, Paulo Quaresma. Na Futurália, o presidente do Conselho Geral esteve no espaço da Universidade com a reitora, Hermínia Vasconcelos Vilar.

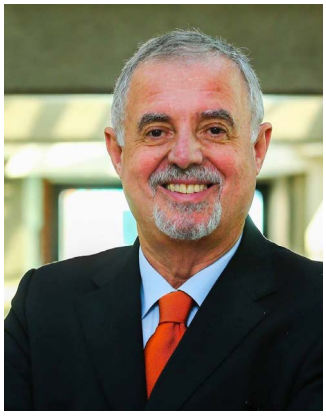
Estados gerais da saúde discutidos em Évora

O vice-presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora, José Aranda da Silva, moderou um dos painéis da conferência “Estados Gerais Transformar o SNS”, promovido pela Fundação para a Saúde, no passado dia 1 de abril, no auditório do Colégio do Espírito Santo, em Évora.

José Aranda da Silva, que tem refletido muito sobre o Serviço Nacional de Saúde, moderou um debate sobre “Transformação dos Modelos de Cuidados – alavancas para a mudança”.

Além do seu vice-presidente, o Conselho Geral esteve também representado pelo seu presidente, João Carrega, que assistiu à sessão de abertura, onde intervieram a reitora da Universidade de Évora, Hermínia Vasconcelos Vilar; o presidente da Fundação, Victor Santos; a presidente da Assembleia Geral da Fundação, Maria de Belém; e a secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes. A conferência foi organizada por uma equipa liderada por Manuel Lopes, diretor da Escola de Enfermagem e ex-membro do Conselho Geral, sendo encerrado pelo secretário de Estado da Saúde, Ricardo Mestre.

opinião



José Aranda da Silva
Vice- Presidente
do Conselho Geral
da Universidade de Évora

Novos desafios dos Sistemas de Saúde e da formação dos seus profissionais

Afirmar que o Serviço Nacional de Saúde (SNS), para além da liberdade e direitos políticos, foi a conquista mais importante adquirida depois de Abril de 1974, é um facto reconhecido pela esmagadora maioria da população.

Diversos indicadores de saúde a nível europeu e mundial comprovam a afirmação.

Entretanto alterações na estrutura da sociedade portuguesa, nomeadamente demográficas e resultantes do impacto da pandemia, colocam neste momento novos desafios ao sistema de saúde e em particular ao SNS.

Portugal é dos países com maior percentagem de idosos, que são os principais utentes do SNS.O perfil dos utentes do SNS e do Sistema de Saúde modificou-se radicalmente nos últimos vinte anos.

Hoje grande parte são doentes idosos com diversas comorbilidades que recorrem diariamente às diversas estruturas do SNS.

A grande maioria destes idosos, durante a juventude adolescência e parte da idade adulta não tiveram assistência na saúde, pois antes de abril de 1974 esta só cobria menos de metade da população.

Por outro lado, a disponibilização de novas e eficazes tecnologias (medicamentos, meios de diagnóstico e outros dispositivos médicos, técnicas cirúrgicas…) mudaram a abordagem terapêutica de diversas patologias, mas também criaram uma enorme pressão nos gastos do SNS.

As perturbações causadas pela pandemia no funcionamento SNS e o constante aumento da procura de cuidados nos centros de saúde, urgências hospitalares e cuidados continuados, exigem medidas que visem transformar o SNS a nível organizativo e a promoção da motivação dos seus profissionais mantendo-os no sistema.

São também necessárias medidas que alterem a organização do ensino dos profissionais de saúde criando-se, desde cedo, laços interprofissionais que permitam a partilha de conhecimentos, que se irão refletir na eficiência e qualidade dos cuidados prestados aos doentes ao longo da vida.

O esforço feito nos últimos anos de recrutamento de milhares de profissionais de saúde e o aumento do orçamento da saúde para quase o dobro de há dez anos, não são medidas suficientes para que o SNS responda aos novos desafios.

As recentes medidas tomadas pelo governo, com a criação de uma Direcção executiva (a exemplo de outros países) e o alargamento do número de Unidades Locais de Saúde poderão ser medidas positivas se conseguirem a integração dos diversos níveis de cuidados de saúde até agora funcionando em “silos” incomunicáveis por onde os doentes circulam perdidos sem o acompanhamento devido.

Estas medidas devem ter em conta equilíbrios no processo de decisão, evitando-se tendências “hospitalocêntricas” como tem acontecido frequentemente nos últimos anos.

A organização do SNS não pode estar ao sabor de interesses de grupos profissionais ou das estruturas organizativas, mas sim em função do percurso do doente no sistema. Hoje a maioria dos doentes com diversas comorbilidades, não podem ser tratados em função de uma particular patologia, mas como um todo portador de diversas patologias, na maioria crónicas e que o vão acompanhar ao longo da vida.

Para alem de questões organizativas a motivação dos profissionais é essencial para que sejam possíveis medidas que transformem o SNS. A motivação não se reduz a questões salariais e consegue-se através de carreiras estáveis e previsíveis e de formação contínua necessária ao desenvolvimento profissional num setor em constante inovação.

Outra questão fundamental é o desenvolvimento de programas integrados nos vários setores da sociedade de promoção da Saúde e prevenção da doença. Fazemos votos, para que a original criação de uma Secretaria de Estado da Promoção da Saúde, se torne num motor de desenvolvimento de uma área que ultrapassa o sistema de Saúde, mas que é essencial para a sua eficiência e para o Bem Estar futuro da população. A articulação harmoniosa das políticas de Saúde com o sistema da segurança social e com o sistema educativo, é fundamental para que se consigam atingir os seus objetivos, que se iniciam na nascença e devem continuar ao longo de toda a vida do cidadão.

A Universidade de Évora através da sua Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano, juntamente com a prestigiada Escola de Enfermagem, poderão dar um exemplo importante na formação na mesma Escola de diversas licenciaturas e mestrados integrados associados aos cuidados de saúde , em que os alunos desde o início criem laços e desenvolvam exemplares formas de trabalho colaborativo interprofissional, essencial no futuro da organização do sistema de saúde e SNS e fundamentalmente para o Bem Estar dos cidadãos portadores ou não de doença.

opinião

Luís Moniz Pereira
Conselheiro da Universidade de Évora
Professor Emérito da Universidade Nova de Lisboa

Inteligência Artificial Ética na Administração Pública

"Administração Pública" (AP) pode ser entendida com duas acepções diferenciadas: (i) quanto ao modo de organização com caraterísticas e especificidades próprias das instituições que a compõem com vista à realização do interesse público, no respeito da lei e do direito, e (ii) quanto à acção organizativa, objecto de estudo da sociologia das organizações.

A AP será a acção governativa gerindo os assuntos públicos e implementando as políticas públicas em contexto público. O interesse público é considerado um bem pela comunidade. Contudo, tanto pode ser usado promover políticas públicas que representam um efetivo bem comum, como para obscurecer outras cuja aceitação pela comunidade não é tão evidente. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), encontra-se estabelecido desde 1990 no Human Development Report, emitido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que representa a função de contribuir para a correção de distorções do modelo proposto pelo IDH, no que se refere ao papel da pobreza e das desigualdades no desenvolvimento humano. Este pode conferir a possibilidade de vidas mais longas, saudáveis, e criativas, alcançando objetivos valorizadores de um desenvolvimento com vista à igualdade e sustentabilidade do planeta que compartilhamos.

Os processos de digitalização tendem a substituir os processos existentes alterando a governança do Estado e as relações laborais, intensificando essas tensões com a tendência crescente de implementar a Inteligência Artificial (IA). Em resultado da digitalização e da utilização crescente de sistemas baseados algoritmos e processamento de dados está a ser criado um regime de prestação de serviços. Tecnologias como a IA alteram campos técnicos, canais de comunicação, funções e os mecanismos de tomada de decisão, bem como os níveis de controle.

Para a AP está reservado um papel crucial na adoção da IA, considerando a sua dupla condição como utilizadora do enorme potencial destas tecnologias, mas igualmente com funções regulatórias da IA, definindo procedimentos, regras e competências, particularmente no que respeita à Ética na IA, estabelecendo as condições mínimas para que o setor privado e os cidadãos implantem e utilizem de acordo com requisitos éticos.

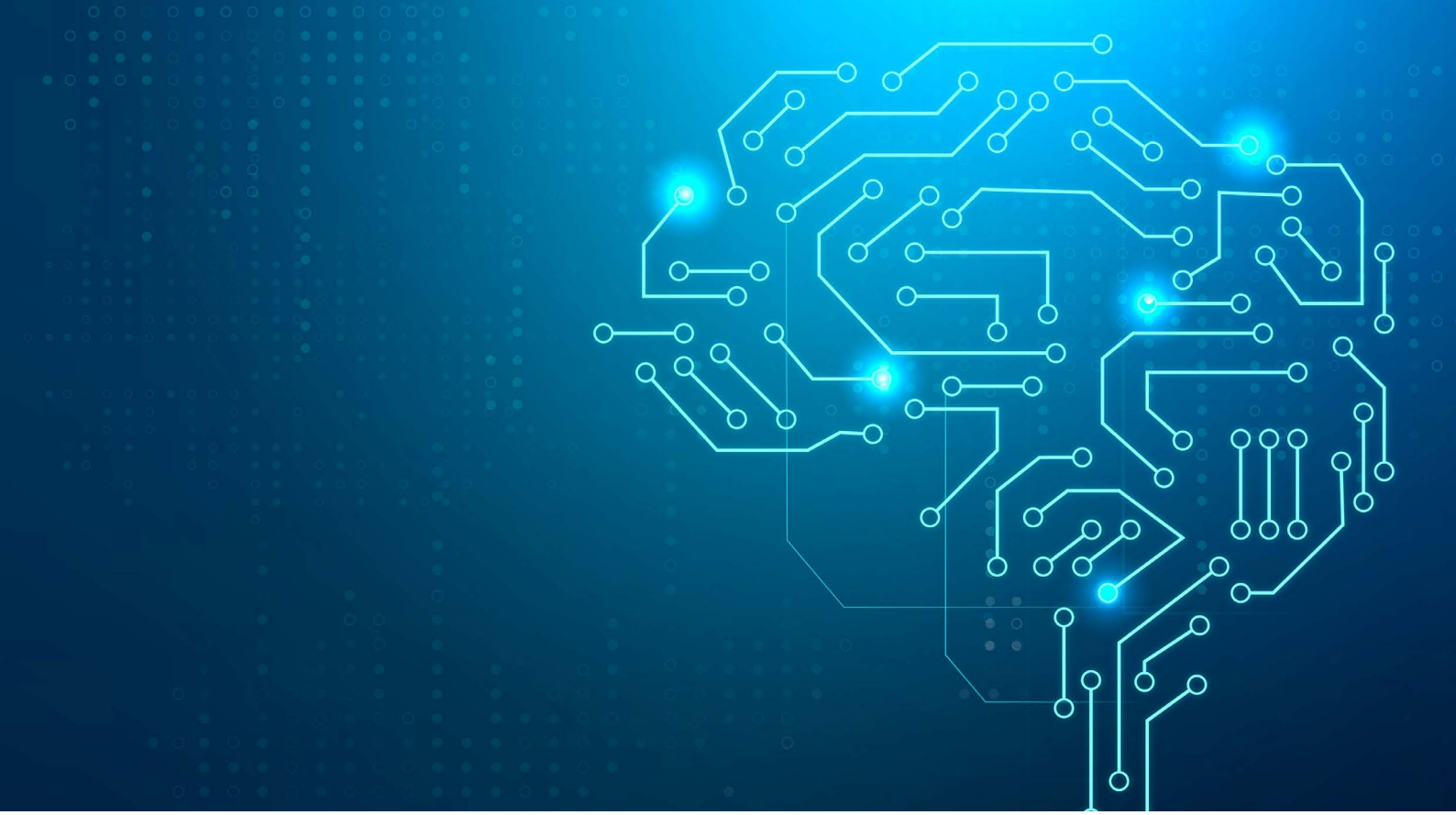
A maioria da literatura de IA vê o governo como um regulador. A discussão sobre o papel da administração pública do ponto de vista de um utilizador de IA é escassa. É essencial assumir esta questão com maior acuidade, considerando as diversas áreas em que a PA actua, desde a saúde à educação, e outras áreas com variadíssimos serviços e entidades que representam um mercado essencial para a IA, não só enquanto compradores, mas também como difusores destas tecnologias nos setores económico e social. A adopção da IA nos procedimentos da AP tem o potencial de imprimir maior eficiência e eficácia na prestação de serviços para empresas e cidadãos,

aumentando o nível de satisfação e confiança na qualidade do serviço público. A AP deve ser encarada nos seus aspectos distintivos dos da iniciativa privada, na prossecução do interesse público divergente do lucro que lhes preside, e nomeadamente numa perspectiva de desenvolvimento humano. Neste cenário, os valores, a integridade, as condutas, e a ética podem motivar e apoiar os agentes do Estado. A importância da ética revela-se na visão e percepção da razão de ser da AP, e como deve ser a sua acção em função das exigências e adaptação à mudança. Embora o peso das normas sociais se tenha aligeirado, a vida parece mais pesada: desemprego, precariedade, instabilidade nos casais, uso sobrecarregado do tempo.

É no contexto que considere a ética nas entidades públicas num âmbito mais geral, que as questões éticas da IA se podem enquadrar com maior acuidade. As ferramentas éticas já existentes na AP, ou a ser concebidas, facilitarão a divulgação e aplicação desta nova área da ética. As questões do armamento que utiliza a IA e os perigos daí decorrentes, com armas mais poderosas e mais eficientes, alertam para o paradoxo de que quanto maior a capacidade digital de uma sociedade, mais vulnerável ela se torna.

A existência de zonas de ajuricidade, a tendência para a universalidade dos postulados éticos, a antecipação a respostas do legislador, o auxílio prestado à interpretação de regras jurídicas, a capacidade de integração de lacunas da lei, a eficiência acrescida das vinculações nascidas de uma adesão voluntária, são alguns dos fundamentos que alicerçam a permanência da intervenção ética. O relevante é que um agente posto perante um problema, tenha a capacidade de gerar hipóteses, e escolher a solução que lhe parece mais adequada, mediante a sua memória experiencial, por decisões anteriores, e por preferências acumuladas (Pereira & Lopes, 2020).

Os desafios éticos da IA são transversais na sociedade: transparência, justiça e equidade, não maleficência, não discriminação,



responsabilidade e privacidade, explicabilidade, são os dominantes. O princípio da responsabilidade teorizado por Hans Jonas considera: "Age de forma que os efeitos da tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana na Terra." Este imperativo é endereçado à política pública, ao contrário do imperativo categórico de Kant, dirigido ao individuo.

No plano interno da AP, são factores facilitadores da implementação da IA uma cultura organizacional com características inovadoras e dinâmicas que favoreçam a experimentação enfrentando os riscos destas tecnologias. Líderes transformacionais motivarão os trabalhadores para a mudança e procurarão influenciar o design, bem como a interacção com outros órgãos, serviços e departamentos.

A definição clara das questões da ética da IA devem colocar-se ex ante, nas aquisições de sistemas de IA por parte da AP com especificação clara nos cadernos de encargos. Na formulação de políticas públicas com vista à implementação das tecnologias de IA, o poder de compra do Governo desempenha um papel chave, com a determinação de critérios éticos nos requisitos de aquisição, que garantam que as empresas privadas que concebem sistemas de IA correspondam adequadamente aos padrões públicos. Esta exigência irá contribuir para a disseminação destas éticas no sector privado.

A implementação da IA e respectivas orientações éticas é um processo multidisciplinar exigindo contributos da tecnologia, ética, estatística, direito, ciências sociais, legisladores, jornalistas, políticos e população. Em função da respectiva aplicação, serão necessários contributos de sociólogos, psicólogos, médicos, e outros com experiência na respectiva área. O ensino superior deveria ter aqui um papel charneira.

L. M. Pereira & A. Lopes (2020). Máquinas Éticas: Da Moral da Máquina à Maquinaria da Moral. NOVA.FCT Editorial. (Disponível na Wook)

opinião

Rui Manuel de Sousa Fragoso
Conselheiro da Universidade de Évora
Professor da Universidade Évora

Transferência de tecnologia e de conhecimento: O novo pilar das universidades empreendedoras

Desde a década de noventa do século passado que se tem assistido a uma tendência global de aproximação das universidades às empresas, motivada em grande pela necessidade de estas incorporarem inovação nos seus produtos, processos e modelos de negócio. As transformações socioeconómicas das últimas décadas e as condições de mercado tornaram a concorrência mais intensa, sendo cada vez mais difícil as empresas competirem e diferenciarem-se a si e aos seus produtos. Neste âmbito, a inovação tecnológica assente no conhecimento científico produzido nas universidades tem um papel fundamental na promoção da competitividade e do desenvolvimento. Para além disso, esse conhecimento está disponível nas universidades a um custo relativamente reduzido para as empresas e para a sociedade. Estes dois fatores têm contribuído para alterar o paradigma das universidades, promovendo, para além dos pilares tradicionais do ensino e da investigação, um novo pilar, o da transferência de conhecimento e de tecnologia.

Os países da União Europeia, impulsionados pela Estratégia de Lisboa, adotaram políticas próprias de promoção da transferência de tecnologia e de conhecimento. Foram muitas as universidades que realizaram reformas e introduziram iniciativas para desenvolver e reforçar as suas ligações com as empresas e com a sociedade em geral. As reformas dos sistemas nacionais de investigação também têm procurado promover a comercialização dos resultados da investigação. No entanto, apesar do objetivo comum da União Europeia, em aumentar os seus standards de inovação e com isto impulsionar o seu papel ativo no Mundo e em particular no processo de globalização da economia e da sociedade, diferentes tipos de transferência de tecnologia e de conhecimento têm emergido em função das medidas de política seguidas, das condições socioeconómicas, do tipo de indústrias existentes e das caraterísticas das universidades, nomeadamente das suas tradições, que geralmente são únicas de cada universidade.

Independentemente das especificidades das universidades, há um novo paradigma que empurra a universidade tradicional, como a conhecemos na Europa, para o patamar da Universidade empreendedora, em que ao seu papel primordial de produção do conhecimento, acresce a disseminação efetiva deste conhecimento nas empresas e na sociedade. Este novo paradigma tem necessariamente de envolver toda a academia, dado que existem inúmeras formas de transferência de tecnologia e de conhecimento nas universidades, umas mais formais e outras mais informais. Tradicionalmente dá-se mais importância às atividades mais formais, baseadas nos direitos da propriedade intelectual, como a comercialização de patentes e de licenças e a criação de spinoffs, pelo impacto e pelo mediatismo que geram. No entanto, os relacionamentos e as atividades informais dos investigadores com as empresas podem ser tão ou mais importantes

do que as atividades formais. Frequentemente, são estas atividades informais que permitem posteriormente o desenvolvimento das atividades formais de grande impacto e por si são também importantes fontes de inovação.

Portanto, há uma necessidade de nos focarmos também nas atividades informais de transferência de tecnologia e de conhecimento, o que nos leva a questionar qual deve ser a unidade de análise. Os estudos realizados sobre o desempenho das atividades de transferência de tecnologia e de conhecimento nas universidades, geralmente analisam os incentivos e o papel das instituições, bem como das suas oficinas de transferência de conhecimento. Muito pouco se conhece sobre os fatores que influenciaram os académicos que se tornaram atores chave nos processos de transferência de tecnologia e de conhecimento. Para se perceber melhor o fenómeno é necessário ter como unidade de observação o académico individualmente e mapear as suas atividades no sentido de se ter uma ideia mais precisa do seu envolvimento nas atividades de transferência de tecnologia e de conhecimento, bem como das suas razões e estímulos.

Outra questão que se coloca ao fenómeno de transferência de tecnologia e conhecimento nas universidades, é o eventual efeito negativo que a aposta na Universidade empreendedora pode ter nas atividades tradicionais do ensino e da investigação. Por um lado, a comercialização do conhecimento gera receitas que podem ser reinvestidas na Universidade e tem impactos positivos nas empresas e na sociedade, por outro lado, estas atividades podem desviar a atenção dos académicos e acabar por prejudicar o ensino e a investigação, que são os pilares fundamentais da Universidade.

Portanto, apesar do fenómeno da transferência de tecnologia e de

conhecimento das universidades para as empresas estar na ordem do dia, existem ambiguidades importantes que importa esclarecer. Para o efeito, é importante conhecer a perceção que os académicos têm da sua Universidade e das unidades onde estão integrados, bem como do conceito de universidade empreendedora. Geralmente os académicos encontram-se divididos em dois grupos, um grupo que perceciona a sua Universidade ou a sua unidade como empreendedora e outro grupo que tem a perceção contrária. Esta diferença de perceções parece também estar na origem de posicionamentos e envolvimentos distintos nas atividades de transferência de tecnologia e de conhecimento, em que o primeiro grupo aparece quase sempre mais ativo.

Há estudos internacionais que concluem que os académicos das áreas das ciências naturais (positivas), para além de percecionarem as suas unidades (universidades ou departamentos) como empreendedores, estão mais envolvidos em atividades de transferência de tecnologia e de conhecimento e acham pouco provável que o seu envolvimento nestas atividades prejudique o ensino e a investigação, enquanto que os académicos das outras áreas (mais interpretativistas) têm perceções e comportamentos contrários. Na construção de uma Universidade empreendedora é fundamental a integração destes dois grupos de académicos. Até porque os desafios futuros são extraordinariamente complexos e as soluções passarão inevitavelmente por um foco na excelência e pelo recurso à multidisciplinaridade, o que obrigará a reunir numa lógica comum positivistas e interpretativistas.

A Universidade empreendedora tem de atuar paralelamente em dois domínios desafiantes, que são, por um lado o da transferência de

tecnologia e de conhecimento e, por outro lado, o da promoção de uma cultura empreendedora, que é fundamental para aumentar o número de empreendedores, incluindo os que empreendem e inovam no seio de organizações que já existentes. Nesta vertente, pretende-se que as universidades estimulem o espírito empreendedor dos seus estudantes, o que pode ser feito através das seguintes ações: adaptação dos curricula de modo a serem mais holísticos, integrados e incluírem competências empreendedoras; foco em estudantes alternativos decorrente de programas de formação ao longo da vida; realização de atividades extracurriculares empreendedoras; criação de serviços de apoio aos estudantes para o empreendedorismo e desenvolvimento de ideias de negócio, onde seja possível confrontá-los regularmente com atividades empreendedoras, nomeadamente, "bootcamps", concursos de ideias, mentoria, entre outros. Portanto, na construção de uma universidade empreendedora deverá haver uma lógica de integração e complementaridade dos seus três pilares (ensino, investigação e transferência), tendo como pano de fundo o estreitamento das relações com as empresas e com a sociedade em geral.

deliberações

5-4-2023 – 2ª Reunião Ordinária

- Aprovado, por maioria (uma abstenção), o Plano de Atividades da Universidade de Évora.

- Aprovada, por unanimidade, a redução do valor da propina do doutoramento em arquitetura a praticar pela Universidade de Évora no ano letivo 2023/24.

15-3-2023 – 1ª Reunião Ordinária

- Aprovada por unanimidade a entrada de um novo acionista para o Parque do Alentejo Ciência e Tecnologia.

- Apreciado positivamente, por unanimidade, o Regulamento do Provedor do Professor e do Investigador da Universidade de Évora.

9-02-2023 – 1ª Reunião extraordinária

- Aprovado, por maioria (com duas abstenções) o valor das propinas a praticar pela Universidade de Évora no ano letivo 2023/2024.

- Aprovado o Plano Estratégico da Universidade de Évora, por maioria, com quatro abstenções.

- Aprovado, por unanimidade, o estatuto editorial da Newsletter do Conselho Geral.

estatuto editorial

1 – A Newsletter CG é a revista digital oficial do Conselho Geral da Universidade de Évora.

2 – A Newsletter CG é uma publicação periódica, cuja publicação decorrerá das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Geral da Universidade de Évora.

3 – A Newsletter CG é uma publicação plural, que informa com rigor e objetividade assuntos relacionados com decisões públicas do Conselho Geral da Universidade de Évora.

4 - A Newsletter CG é uma publicação independente dos poderes políticos, religiosos e institucionais.

5 - A Newsletter CG é uma publicação que integra notícias e artigos de opinião escritos pelos membros do Conselho Geral da Universidade de Évora, tendo em conta o presente estatuto.

6 – Os artigos de opinião da Newsletter versam sobre temas relacionados com o ensino superior e investigação.

6 - A Newsletter CG assume-se como uma publicação de ligação entre o Conselho Geral da Universidade de Évora, a comunidade académica e a sociedade civil.

7 - A Newsletter CG é distribuída gratuitamente pelos meios digitais da Universidade de Évora, em articulação com os serviços de informática e a Divisão de Comunicação.

8 - A Newsletter CG é uma publicação escrita em língua portuguesa.

Ficha Técnica

CG – Newsletter institucional do Conselho Geral da Universidade de Évora.

Diretor: João Carrega (Presidente do Conselho Geral);

Subdiretor: José Aranda da Silva (Vice-Presidente do Conselho Geral);

Membros do Conselho Geral: Ângela Paiva, Carla Castro, Gotlieb Basch, Isabel Ramos, Isaura Serra, Jaime Serra, José Mirão, Leonor Rocha, Maria de Fátima Nunes, Rui Fragoso, Rui Quaresma, Sofia Aleixo e Teresa Fernandes (representantes do pessoal docente e investigador); Maria da Graça Janeiro Machado e Maria Leonarda Correia (representantes do pessoal não docente e não investigador); Henrique Gil, Ana Ferrão e Bruno Simões (Representantes dos alunos); Catarina Valença, Filipe Marques, Maria da Graça Carvalho, Luís Moniz Pereira e Jorge Gaspar (membros cooptados).

Secretariado: Dulce Lagartixo.

Design: Tiago Navarro Marques. **Maquetagem:** Carine Pires. Distribuição gratuita.

Contactos: secretariado.cg@uevora.pt | Conselho Geral da Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7002-554 Évora | Telefone: +351 266 740 878.

UNIVERSIDADE
DE ÉVORA
Conselho Geral